

## **A Obrigatoriedade da Matrícula aos 4 anos: As Repercussões da Lei no Cotidiano das Famílias**

**Jandira Inez Garcia dos Santos**

**90ª Defesa:**

18 de dezembro de 2017

**Membros da Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Rosânia Campos (Orientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Valeria Silva Ferreira (Membro externo/UNIVALI)

Profa. Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia (Membro Interno/UNIVILLE)

Profa. Dra. Iana Gomes de Lima (Membro interno/UNIVILLE)

### **RESUMO**

A presente pesquisa intitulada “A obrigatoriedade da matrícula aos 4 anos: as repercussões da lei no cotidiano das famílias” têm como objetivo principal investigar a organização das famílias a partir da parcialização compulsória das turmas de pré-escola das Redes Pública Municipal observada em duas cidades do norte catarinense após a promulgação da Lei nº 12.796/2013. É uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisas em Políticas e Práticas para a Educação e Infância – GPEI, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Nesse processo, para responder ao proposto da pesquisa, definimos os objetivos específicos, quais sejam: a) Identificar se houve repercussões da obrigatoriedade da matrícula na pré-escola e da parcialização do atendimento na Educação Infantil no cotidiano das famílias; b) - Conhecer o que pensam as famílias sobre a parcialização do atendimento na Educação Infantil; c) Analisar os arranjos utilizados pelas famílias que possuíam seus filhos em período integral e que atualmente apenas possuem atendimento parcial. Esta é uma pesquisa qualitativa organizada a partir duas partes principais: a) revisão da produção acadêmica e revisão documental; e b) e uma parte empírica a partir da qual os dados foram produzidos e posteriormente analisados. O instrumento escolhido para a produção dos dados foi um questionário, destinado aos pais das crianças das turmas de 4 e 5 anos, em duas instituições que atendiam em período integral até o ano de 2016. As respostas obtidas foram submetidas à análise temática de Braun e Clarke (2006) e fundamentadas em autores do campo crítico da educação. Os dados indicam que nas instituições públicas pesquisadas, o atendimento da pré-escola que ainda era realizado em período integral, com a obrigatoriedade da matrícula a partir dos quatro anos, esse atendimento passou a ser parcial, demandando as famílias, a necessidade de se reorganizarem para cuidar das crianças no turno em que, antes, estariam na creche ou pré-escola. Essa reorganização implicou em acionar uma rede de apoio, avós e amigos próximos, contratar um profissional remunerado para cuidar da criança e/ou transportá-la, os pais mudar de horário de trabalho, ou ainda, a mãe precisar sair do emprego. O cenário apresentado precisa ser colocado em discussão nas agendas das políticas públicas municipais, pois, quando se trata em parcializar para atender mais crianças, coloca-se em questão fatores como desigualdade social, fragmentação de políticas, investimentos públicos insuficientes, que comprometem a equidade de acesso à Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Políticas públicas para Educação Infantil. Pré-escola. Obrigatoriedade da matrícula aos quatros anos.